

# RUY FABIANO

Ponto de Vista

## Pressão na Economia

No momento em que o Governo começa a se entender com os credores internacionais, via acordos com FMI e Clube de Paris, avolumam-se, paradoxalmente, as pressões políticas internas para que mude aspectos importantes de sua política econômica recessiva. Essas pressões não partem só dos partidos de oposição e muito menos se inspiram apenas na retórica dos palanques eleitorais. Se assim fosse, nem seriam consideradas. O arco é amplo e ecumênico: abriga governadores como Leonel Brizola e Antônio Carlos Magalhães, entidades conservadoras como a Fiesp e a CNI, e outras, de feição mais progressista, como a Ordem dos Economistas de São Paulo.

As críticas e reivindicações não são propriamente idênticas. E aí o Governo — que não se sente em condições de ceder coisa alguma — dispõe de alguma margem de manobra. Enquanto Brizola, vocalizando um ponto de vista mais ou menos geral dos grupos esquerdistas e nacionalistas, dentro e fora do Congresso, reclama das "perdas internacionais" — e aí inclui o próprio processo de privatização em curso —, os grupos mais conservadores queixam-se da política de juros e da velocidade com que o Governo está abrindo o mercado às importações. A Fiesp queixa-se ainda da manutenção da Taxa de Referência, a que atribui a persistência dos índices elevados de inflação.

A pressão que mais incomoda o Governo é, obviamente, aquela que brota e prospera em sua própria base política. A comandá-la, mais uma vez, está o governador Antônio Carlos Magalhães, o mesmo que cantou a pedra da reforma ministerial com larga antecedência, ignorando os desmentidos oficiais. Sua tese acabou triunfando e seu partido, o PFL, está no poder. Hoje,

ACM, a bordo do prestígio recém-conquistado, tem a respaldá-lo um coro suprapartidário de governadores nordestinos, que há dias, em reunião da Sudene, endossou os seus protestos. São eles, basicamente: revisão da política de juros, contenção das tarifas públicas nos níveis da inflação e menor liberalização nas importações.

O ministro Marcílio, pessoalmente fortalecido pelos acordos recém-selados — mas integrando um governo que é refém político do Congresso —, não cogita em rever sua política. E não porque não o queira: simplesmente não pode. Tudo o que está em curso — especialmente os pontos que estão sendo objeto de críticas — corresponde a acertos prévios com os credores. Mudá-los equivale a romper os acordos que sequer começaram a gerar seus aguardados benefícios. Onde tudo isso vai dar, não se sabe. O que se sabe é que as queixas aumentam como bola de neve. A Ordem dos Economistas, através de seu presidente, Geraldo Cardenalli, identifica um gigantesco conflito de rendas na sociedade brasileira. E advoga um acordo político para administrá-lo.

O conflito é evidente: o Estado quer arrecadar mais, os contribuintes querem preços menores, os trabalhadores salários mais altos e os empresários lucros maiores. É óbvio que não dá para atendê-los simultaneamente. E é óbvio que também não dá para frustrá-los sistematicamente. Até aqui, apenas o Estado consegue atender suas demandas. Mas, como não produz recursos — apenas os arrecada, gasta (mal) e os repassa —, não pode matar sua galinha dos ovos de ouro, que são todos os outros agentes econômicos. E é esse o temor em pauta, a inspirar as pressões sobre a política de Marcílio.